

1 **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 28 DE MARÇO DE 2019**

2

3 Aos vinte e oito dias do mês de março de 2019, às 15:00h., reuniram-se os prefeitos da

4 AMURES conforme estabelece o Estatuto Social desta Associação, capítulo II, artigo 18, em

5 Assembleia Geral Ordinária no Município de Lages, nas dependências do Orion Parque

6 Tecnológico da Serra Catarinense, sito à rua Heitor Villa Lobos, 525 - Bairro São Francisco,

7 tendo na pauta os assuntos: Aprovação da ata da Assembleia anterior; Aprovação das contas

8 do ano de 2018; Transferência de recursos para Programas de Competência Estadual:

9 EPAGRI – com participação do representante da EPAGRI; Viabilidade de elaboração de

10 manifesto de apoio, visando a instalação de um Porto Seco na Região Serrana e Assuntos

11 Gerais. O secretário executivo da Amures Walter Manfroi deu as boas-vindas a todos e

12 repassou a palavra à secretária executiva do CIS-AMURES, Nalu Júlio, que agradeceu a

13 presença dos prefeitos e pediu ao presidente do Consórcio, prefeito de Rio Rufino, Thiago

14 Costa, para fazer abertura dos trabalhos de prestação de contas referentes ao exercício/2018.

15 Ele discorreu sobre o empenho para manter o bom nível de atendimento às demandas dos

16 Municípios e retribuir à confiança dos prefeitos. Disse que nos próximos dias será aberta

17 licitação para compra de equipamentos que permitirá informatizar e interligar todas as

18 Secretarias com o CIS-AMURES em Lages. Destacou que o sistema promoverá mais

19 economia aos Municípios e agilizará o atendimento dos pacientes. Agradeceu novamente aos

20 prefeitos e devolveu a palavra à Nalu Júlio. Ela observou que pela manhã foi realizada

21 reunião do Conselho Fiscal e aprovadas as contas sem restrições, caso em que o parecer foi

22 amplamente favorável. Seguindo a prestação de contas do Consórcio Nalu apresentou

23 planilhas de arrecadação de R\$ 5.319.073,94 (cinco milhões, trezentos e dezenove mil, setenta

24 e três reais e noventa e quatro centavos) e detalhou as despesas do Consórcio no período. O

25 prefeito de Urupema Evandro Frigo Pereira, que integra o Conselho Fiscal do CIS-AMURES

26 disse que 64% (sessenta e quatro por cento) do arrecadado pelo Consórcio foi aplicado em

27 prestação de serviços e 36% (trinta e seis por cento) foi aplicado em custeio e operacional. E

28 sua única ressalva foi o cuidado que se deve ter para que ao longo dos anos, o custo

29 operacional não se torne maior que o de prestação de serviços. Nalu observou que foram

30 realizados treze mil procedimentos no período e que há um monitoramento para evitar o

31 crescimento de despesas operacionais. O prefeito de São Joaquim Giovani Nunes indagou

32 sobre quanto há de valor de emendas parlamentares no Consórcio. Foi-lhe informado que há

33 R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) da deputada Carmen Zanotto. O presidente da AMURES,

34 prefeito de Bom Retiro Vilmar Neckel disse que assinou o protocolo de intenção do sistema

35 que interligará as Secretarias Municipais de Saúde, mas quer aguardar a confirmação do valor

36 real para decidir se adere ou não ao plano. O prefeito Thiago Costa explicou que gastará entre

37 R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para implantar em Rio

38 Rufino, mas por ser uma compra compartilhada o valor ficará bem acessível e da própria

39 economia que terão os Municípios, será possível custear o investimento. Thiago Costa

40 reiterou que a compra do serviço será compartilhada e cada município terá liberdade para

41 aderir ou não. Sobre a manutenção do sistema, o custo médio aos Municípios até cinco mil


42 habitantes será de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) por mês. De cinco a vinte mil  
43 habitantes, o custo mensal passa para R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais). De vinte mil a  
44 trinta mil habitantes para R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais). De trinta mil a quarenta  
45 mil habitantes para R\$ 15.449,00 (quinze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais) e, acima  
46 de quarenta mil habitantes para R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). Encerradas as  
47 considerações as contas do CIS-AMURES foram aprovadas pela Assembleia Geral. Walter  
48 Manfroi chamou o prefeito Evandro Frigo para a prestação de contas do CISAMA. O prefeito  
49 cumprimentou a todos e disse que a exemplo do CIS-AMURES, está sendo dada continuidade  
50 a um trabalho de outras gestões. Apresentou a pauta do CISAMA e chamou o Secretário  
51 Executivo Selênio Sartori. Sobre o relatório de atividades, ele informou que já havia sido  
52 apresentado no final do ano passado e disse que estava disponível na página do CISAMA.  
53 Sobre o Plano de Trabalho iniciou falando sobre o Programa de Atenção Sanitária aos  
54 Produtos de Origem Agropecuária. Selênio disse que houve uma auditoria do Ministério da  
55 Agricultura e Pesca – Mapa, há menos de trinta dias e no mês de abril retornam para uma  
56 nova auditoria e avaliar as não conformidades. Foram auditados um abatedouro de frango  
57 caipira em São José do Cerrito e uma queijaria em Capão Alto e outra em São Joaquim. Se os  
58 serviços forem considerados equivalentes ao de inspeção federal, poderão ser comercializados  
59 em todo território nacional. Enfatizou que desta forma, os próximos serviços a buscarem os  
60 selos de inspeção federal, o terão emitido pelo CISAMA. E nesta lista de espera, estão mais  
61 de cem agroindústrias familiares em todos os municípios da Serra Catarinense. Outro  
62 programa citado por ele é o Controle Populacional de Cães e Gatos, que está há dois anos na  
63 mira do Ministério Público cobrando ação dos Municípios. Citou que alguns municípios como  
64 Otacílio Costa e Correia Pinto já possuem lei específica que distingue até onde vai a ação do  
65 poder público. Falou das campanhas de castração que já chegaram a Otacílio Costa, Palmeira,  
66 São Joaquim, Ponte Alta Bom Retiro, Lages e Correia Pinto. Sobre saneamento básico,  
67 destacou as centrais de gerenciamento de resíduos sólidos de Campo Belo do Sul, Otacílio  
68 Costa, São Joaquim e Urubici. Disse que em relação a três delas, a expectativa é de que sejam  
69 construídas ainda este ano. Referente aos projetos de esgotamento sanitário disse que em Bom  
70 Retiro e Urupema as obras de estação devem iniciar este ano e que, em seis projetos houve  
71 alteração de projeto e devem ser entregues até junho. Sobre os municípios de Palmeira,  
72 Paineira, Anita Garibaldi, Correia Pinto e Cerro Negro ainda faltam os projetos. Já o  
73 abastecimento de água rural, disse que foi formatado um Contrato de Programa para os  
74 Municípios assumirem a gestão. Disse também, que Capão Alto e Bom Jardim da Serra  
75 devem iniciar operação do sistema de esgoto, ainda este ano. Selênio falou do Programa de  
76 Direitos Humanos da Assistência Social que vem passando por mudanças, o acolhimento  
77 institucional vem contando agora com o chamado “família acolhedora”. Citou Correia Pinto  
78 como o primeiro a implantar o programa e Urubici que está bem encaminhado. O Programa  
79 Saúde Fiscal, disse que há mudanças na legislação e a discussão é com os auditores fiscais, a  
80 fim de melhorar a arrecadação dos Municípios. Acerca do Programa de Iluminação Pública,  
81 disse que o diagnóstico que se chegou foi o de que, sete municípios não arrecadam para  
82 manutenção do serviço de iluminação pública. Esses municípios não têm o suficiente para

83 pagar a conta da iluminação pública. Selênio lembrou que todos os convênios com a Celesc  
84 foram refeitos e estão em análise no setor jurídico da Celesc e todos podem ser superavitários.  
85 Com relação ao projeto de cascalho, Selênio disse que agora é só uma questão de liberação da  
86 parte financeira pelo governo federal e informou que no que se refere ao Plano de  
87 Desenvolvimento Turístico da Região, também deve estar sendo liberado o financeiro nos  
88 próximos dias. E que a Amures vai fazer um evento para lançar o Plano Territorial Turístico  
89 da Serra Catarinense, porque já houve depósito de contrapartida dos Municípios. Ele lembrou  
90 que o Programa de Regularização de Cascalheiras, já possui sessenta e sete áreas  
91 regularizadas e a meta é chegar até junho a noventa cascalheiras regularizadas. Em seguida  
92 pediu a aprovação dos prefeitos para o Plano de Trabalho e foi aprovado por unanimidade.  
93 Seguindo a pauta, o presidente do CISAMA chamou o assunto da usina de asfalto. Selênio fez  
94 um breve relato da proposta que já vem sendo encampada há três anos, a busca de apoio  
95 federal e as dificuldades para liberar recursos para o projeto. Observou que foi assinado um  
96 convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional no valor de R\$ 2.475.000,00 (dois  
97 milhões quatrocentos e setenta e cinco mil reais), com contrapartida dos municípios de R\$  
98 1.217.000,00 (um milhão, duzentos e dezessete mil reais). Frisou que os pontos polêmicos do  
99 projeto são o rateio da contrapartida dos Municípios, o local de implantação da usina e a  
100 participação do Estado no programa. Repassou a palavra ao Secretário Executivo da Amures.  
101 Walter Manfroi sugeriu que as tratativas da usina, o melhor seria aguardar a reunião do dia  
102 quatro de abril entre prefeitos e governo do Estado, onde vai ser apresentada a proposta do  
103 governo para a questão rodoviária. E sobre a área para implantação da usina, disse que  
104 conversou com o pessoal do Estado e foi solicitada uma área de dez mil metros junto antiga  
105 ADR e reiterou que a pauta da usina tem de ser pontual e tratada em separado. O prefeito  
106 Evandro Frigo Pereira disse que o processo para implantação da usina está andando e  
107 defendeu que os Municípios devem fazer suas previsões financeiras porque é um processo  
108 oneroso e citou que o município de Capão Alto pediu para se retirar do rateio e se muitos  
109 Municípios desistirem a ação ficará inviável. O prefeito Antônio Ceron pediu agilização do  
110 processo da usina. Evandro Frigo pediu ao executivo do CISAMA que fizesse mais  
111 explicações sobre o Programa de Iluminação Pública, ao que explicou Selênio, que o  
112 CISAMA pode baixar uma resolução instituindo o Programa de Gestão Associada da  
113 Iluminação Pública, que está previsto na Constituição Federal. Através do programa, segundo  
114 ele, sua gestão está amparada pelo CISAMA e como a maioria dos municípios não têm  
115 estrutura nem pessoal para este tipo de trabalho, o CISAMA estabelece um contrato de rateio  
116 e com os recursos da COSIP os municípios mantêm a gestão associada do serviço. Para isso  
117 depende da assembleia dos prefeitos autorizar o presidente do CISAMA baixar uma resolução  
118 instituindo o programa. E desta forma foi encerrada a pauta do CISAMA com aprovação aos  
119 atos propostos no Plano de Trabalho. Dando continuidade à Assembleia, o presidente da  
120 AMURES, prefeito de Bom Retiro Vilmar Neckel, agradeceu a presença de todos e explicou  
121 que a proposta das reuniões com o novo executivo é otimizar as tratativas envolvendo os dois  
122 Consórcios e para que os prefeitos não precisem se deslocar muitas vezes a Lages para tratar  
123 de assuntos correlatos. O prefeito disse que a primeira reunião que teve com o governo do


124 Estado foi positiva e a proposta é um trabalho mais a nível de associação. Reiterou que as  
125 associações de municípios serão fortalecidas com a extinção das ADRs e a proposta do Estado  
126 é que funcionários do quadro técnico do governo trabalhem dentro das associações para  
127 agilizar prestações de contas e convênios em geral. E submeteu a aprovação dos prefeitos que  
128 em toda assembleia geral seja reservado 15 minutos para que só os prefeitos possam fazer  
129 tratativas internas, sem melindrar ninguém. Em seguida passou a palavra ao executivo da  
130 Amures que apresentou para apreciação a ata da assembleia anterior que foi aprovada por  
131 unanimidade e sobre as contas de 2018, esclareceu que já haviam sido examinadas e  
132 aprovadas pela manhã pelo Conselho Fiscal, sendo, então, aprovadas pela Assembleia Geral.  
133 Ele disse que houve um déficit de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) em 2018, gerado pelas  
134 exonerações de funcionários. Lembrou também que pendências que haviam, de repasses dos  
135 municípios, já foram resolvidas. Walter Manfroi discorreu com brevidade sobre contratos  
136 entre os Municípios e a Epagri e chamou para dar melhores explicações gerente de Extensão  
137 Rural da Epagri/Lages, José Marcio Lehmann, o diretor de Extensão Rural e Pecuária  
138 Umberto Picca, gerente regional da Epagri São Joaquim Marlon Couto e o diretor Financeiro  
139 e Administrativo da Epagri SC, Giovane Canola. Canola apresentou a estrutura Estadual e  
140 Regional da Epagri. Falou da Estação Experimental de Lages e São Joaquim, das capacitações  
141 de produtores, das políticas públicas federais como Pronaf e Crédito Fundiário e dos serviços  
142 de climatologia (CIRAN). Apresentou números como o de seiscentos e trinta e oito  
143 beneficiários de Crédito Rural na região da Amures em 2018 com assistência da Epagri e a  
144 canalização de R\$ 24.800.000,00 (vinte quatro milhões e oitocentos mil) em créditos atraídos  
145 para a região. Isso gerou uma média de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) por produtor que  
146 se beneficiou de créditos com assistência da Epagri. E destacou que o objetivo é alavancar a  
147 produção. Canola disse que em 2018, foram atendidas dez mil duzentas e noventa e nove  
148 famílias na Serra Catarinense com trinta e seis mil e quinhentas assistências. Citou que esses  
149 serviços são mantidos graças aos contratos com os Municípios, porque viabilizam a abertura  
150 dos escritórios. Explicou que o custo médio anual para manter um escritório da Epagri aberto  
151 é R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e que para manter mais o extensionista, o custo salta para  
152 R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais) por ano. Canola frisou que a ação da Epagri  
153 ajuda a fomentar a economia dos municípios e qualifica os produtores. Pelo que revelou  
154 Canola, o investimento das prefeituras nos escritórios da Epagri fica em torno de 10% (dez  
155 por cento) em relação ao benefício que a empresa viabiliza para o Município. Essa parceria de  
156 mão dupla, segundo ele, é importante e está dando certa. O prefeito Evandro Frigo questionou  
157 sobre a disparidade de valores conveniados com a Epagri entre municípios com estrutura  
158 similar. Canola explicou que a Epagri nunca vai cobrar a mais do que foi estabelecido. E citou  
159 que existem valores inferiores, que se trata de um fator histórico na Serra Catarinense e que  
160 geraram uma distorção de valores. E citou que em alguns Municípios o valor está defasado  
161 em até 50% (cinquenta por cento) do que deveria ser. E a ideia é corrigir os que estão pagando  
162 a menos, para fazer justiça aos que estão pagando corretamente. O diretor Financeiro e  
163 Administrativo da Epagri disse que os contratos devem ser isonômicos e sugeriu que sejam  
164 revistos todos os casos com defasagem para a readequação de valor. O prefeito de Rio Rufino

165 Thiago Costa comentou que o correto é ajustar a demanda de cada Município com o número  
166 de técnicos da Epagri. Em não havendo mais nada a tratar sobre o assunto, Walter Manfroi  
167 agradeceu a equipe da Epagri e chamou dois técnicos do Banco do Brasil para apresentar  
168 algumas propostas de linhas de crédito que estão disponíveis para aquisição de máquinas e  
169 equipamentos com carência e juro especial aos Municípios. Em seguida abriu espaço para  
170 Delegada Regional de Polícia de Lages Luciana Rodermel falar sobre as Circunscrições de  
171 Trânsito que tem proposta de serem desativadas na região e, se não fosse a atuação da  
172 delegada, já estariam fechadas as unidades de Bom Retiro, Correia Pinto, Otacílio Costa e  
173 Anita Garibaldi. A pedido da delegada, de acordo com Walter Manfroi, a AMURES fez ofício  
174 ao governador e Secretaria de Estado da Segurança Pública solicitando que fosse revista  
175 situação, evitando assim a desativação daquelas unidades. Ao receber a palavra, a delegada  
176 explicou que a estrutura atual da Ciretran de Lages compreende os municípios de Bocaina do  
177 Sul, Capão Alto e São José do Cerrito. A Citran de Anita abrange Cerro Negro e Campo Belo  
178 do Sul. A unidade de Correia Pinto estende jurisdição até Ponte Alta e Otacílio Costa abrange  
179 até Palmeira. Luciana Rodermel disse que os funcionários dessas unidades são terceirizados e  
180 segundo nota da Secretaria de Segurança Pública, os contratos com as empresas não seriam  
181 renovados, na medida em que fossem vencendo. De acordo com a delegada, a intenção do  
182 Estado é desativar das unidades de Bom Retiro, Correia Pinto, Otacílio Costa e Anita  
183 Garibaldi. E que um grande esforço estava sendo realizado para manter os serviços ativos.  
184 Dos dez colaboradores da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) de Lages, por  
185 exemplo, apenas cinco seriam mantidos. Ela citou que graças ao ofício da Amures, um novo  
186 aditivo de contrato com as empresas foi feito, mas não há maiores informações sobre o prazo  
187 das prorrogações. A delegada disse que um dos casos considerados preocupantes é de Bom  
188 Retiro. A unidade possuía dois funcionários e desde primeiro de março conta somente com  
189 uma terceirizada. O outro funcionário foi dispensado, resultando no acúmulo de tarefas e  
190 sobrecarga profissional. Já o caso de Otacílio Costa havia apenas uma atendente e com a  
191 dispensa dela fechou a Citran por falta de pessoal. Luciana Rodermel lembrou que o caso de  
192 Otacílio Costa está sendo revisto e a Citran deve ser reaberta na próxima semana. A delegada  
193 reiterou que o serviço da Citran é essencial aos Municípios e o retorno econômico do IPVA  
194 importante na arrecadação das prefeituras. Ela apontou que, um dos impactos negativos é que  
195 vai aumentar a demanda em Lages se desativar a Citran nos municípios do interior. Para quem  
196 mora em outro Município vai ficar péssimo, disse a delegada. De acordo com dados da  
197 Segurança Pública, só em Otacílio Costa, por exemplo, são cerca de treze mil veículos que  
198 passam a depender da Ciretran de Lages, caso não retornasse o serviço da Citran daquele  
199 Município. Não diferente é Bom Retiro porque aquela circunscrição abrange Alfredo Wagner  
200 e são mais de doze mil veículos para uma única atendente. Luciana Rodermel enfatizou que o  
201 não medirá esforços para manter os serviços que puderem ser mantidos ela, mas observou que  
202 existem questões que independem dela, como a falta de atendentes. A delegada agradeceu aos  
203 prefeitos a intervenção da AMURES junto ao governo do Estado pelas Citrans, mas observa  
204 que manter esses serviços tem sido um desafio e depende essencialmente de decisão do  
205 Estado. Walter Manfroi agradeceu a delegada e repassou aos prefeitos um pedido do

206 Consórcio de Saúde e da Regional de Saúde para que o Hospital Tereza Ramos passe a  
207 atender as demandas de urgência e emergência. A pedido do presidente da Fecam, prefeito  
208 Juarez Ponticelli e do deputado federal Rogério Peninha apresentou pedido de apoio ao  
209 projeto de prorrogação de mandato dos atuais prefeitos até 2022 para coincidir as eleições. O  
210 presidente da AMURES destacou que o custo das eleições são muito elevados e a unificação  
211 minimizaria estes custos aos país e que este movimento está ganhando todos os municípios do  
212 Brasil. O prefeito Antônio Ceron pediu cautela ao dizer que um manifesto da AMURES  
213 poderia ser mais prejudicial que benéfico à prorrogação de mandatos. Walter Manfroi  
214 recomendou aos prefeitos acessar o portal da AMURES para acompanhar todos os balanços  
215 financeiros, relatórios, folha de pessoal, diárias e despesas diversas. Para ultimar a  
216 assembleia, chamou a assessora de turismo da AMURES Ana Vieira que informou aos  
217 prefeitos que dia dois de abril haverá uma reunião com representantes do Governo do Estado  
218 para tratar sobre planejamento turístico regional. Reiterou que os municípios têm que criar os  
219 Conselhos Municipais de Turismo para entrar no Mapa Brasileiro do Turismo. Ana Vieira  
220 também convidou os prefeitos para o lançamento do Plano de Desenvolvimento Integrado do  
221 Turismo da Serra Catarinense, em conjunto com o Sebrae, dia quinze de abril no auditório da  
222 Fiesc. Socializou o convite aos prefeitos para montagem de estande na Festa Nacional da  
223 Maçã e Festa Estadual do Churrasco. Comentou sobre as feiras de turismo com participação  
224 da Santur. Walter Manfroi ainda pediu para Hélio Furlan falar aos prefeitos sobre a proposta  
225 de trabalhos em parceria com os municípios através da Fundação Nereu Ramos e Uniplac. Em  
226 não havendo mais nada a tratar, o presidente da AMURES agradeceu a presença de todos e  
227 deu por encerrada a Assembleia. Pediu aos prefeitos para permanecerem na sala por mais  
228 quinze minutos para tratativas internas.

229  
230  
231   
232 Vilmar José Neckel  
233 Presidente da AMURES


234  
235 Luiz Carlos Schmuler  
236 Bocaina do Sul

237  
238   
239 Serginho Rodrigues de Oliveira  
240 Prefeito de Bom Jardim da Serra

241  
242  
243 José Tadeu Martins  
244 Prefeito de Campo Belo do Sul


245  
246  
247 Celso Rogério Pereira Alves  
248 Prefeito de Correia Pinto

João Cidinei da Silva  
Anita Garibaldi

234  
235   
236 Ademilson Conrado  
237 Cerro Negro

238  
239 Luiz Carlos Xavier  
240 Prefeito de Otacílio Costa

241  
242   
243 Tito Pereira Freitas  
244 Prefeito de Capão Alto

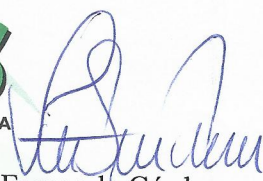
245  
246  
247   
248 Antônio Ceron  
Prefeito de Lages

249 Flávio Antônio Neto da Silva  
250 Prefeito de Painei

251  
252  
253 Luiz Paulo Farias  
254 Prefeito de Ponte Alta

255  
256  
257 Giovani Nunes  
258 Prefeito de São Joaquim

259  
260  
261 Antônio Zili  
262 Urubici  
263

  
Fernanda Córdova  
Prefeita de Palmeira

Thiago Costa  
Prefeito de Rio Rufino

Arno Tadeu Marian  
São José do Cerrito

  
Evandro Frigo Pereira  
Urupema